

PARENTALIDADE JUVENIL: TRANSIÇÃO CONDENSADA PARA A VIDA ADULTA

Maria Luiza Heilborn

Do Instituto de Medicina Social da Uerj

Cristiane S. Cabral

Do Instituto de Medicina Social da Uerj

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda a temática da juventude segundo a perspectiva da sexualidade e da reprodução, discutindo em que medida os eventos biográficos da maternidade e da paternidade podem ser compreendidos como formas de transição para a vida adulta. Nossa argumentação assenta-se em dois aspectos: primeiro, na concepção da juventude como processo e não como etapa claramente definida por marcos etários que conduzem à vida adulta, problematizando a ocorrência do episódio reprodutivo nesse período da vida; segundo, na discussão, a partir da heterogeneidade social presente entre jovens brasileiros, de que modo o chamado modelo de prolongamento da juventude é apanágio de determinados grupos sociais no país.

Lançando mão da base de dados da chamada Pesquisa Gravada (de *gravidez na adolescência*), investigação multicêntrica sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil¹ que reúne informações qualitativas e quantitativas, discutimos de que forma a parentalidade – termo que engloba a idéia de maternidade e de paternidade – constitui-se como transição para a vida adulta. O material sobre o qual a presente análise se debruça reúne trajetórias juvenis distintas, que apresentam ou não a experiência da reprodução dita precoce. Ainda que jovens pais ou mães não

1. A investigação foi elaborada por Maria Luiza Heilborn, do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Michel Bozon, do Institut National d'Études Démographiques (Ined); Estela M. L. de Aquino, do Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde (Musa), do Instituto de Saúde Coletiva (ISC), da Universidade Federal da Bahia (UFBA); e Daniela Knauth, do Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde (Nupacs) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O estudo foi realizado por três centros de pesquisa: Programa em Gênero, Sexualidade e Saúde do IMS/UERJ; Programa de Estudos em Gênero e Saúde do ISC/UFBA; e o Nupacs da UFRGS. Os principais resultados do inquérito encontram-se publicados em Heilborn et al. (2006), em que podem ser obtidas informações sobre a composição detalhada da equipe de pesquisadores.

representem as trajetórias prevalentes, uma vez que a maioria é composta por jovens sem filhos, olhar para tais percursos cresce em importância, em função do debate contemporâneo em torno da reprodução precoce.

2 REPRODUÇÃO NA JUVENTUDE: IMPACTOS NA TRANSIÇÃO

O termo juventude é aqui entendido como categoria socialmente construída, passível de abrigar não apenas similaridades, mas também diferenças sociais entre os jovens. O uso indiscriminado do termo juventude pode encobrir aparentes unidades de realidade (PAIS, 1993), pois tal rótulo possui especificidades em termos de classe, gênero, raça/cor etc. (BOURDIEU, 1983). Os marcos etários que delimitam as fases do ciclo de vida ou as categorias de idade são móveis e variam ao sabor de novas concepções sociais acerca do humano e das relações intergeracionais (ARIES, 1978; DEBERT, 1999; PEIXOTO, 2000; LINS DE BARROS, 1998).

À concepção de juventude enquanto diversidade alia-se a de juventude como *processo*, abordagem que dá preeminência aos modos de passagem ou de transição para a vida adulta. Muitos trabalhos europeus partem do pressuposto de que a juventude deixa de ter demarcadores socioculturais claros e que suas fronteiras de tempo não podem ser delimitadas com nitidez; o foco é sobre as transições subjacentes como demarcadoras dessa fase (GALLAND, 1995, 1997). A linhagem de trabalhos sociológicos contemporâneos sobre juventude enfatiza o sentido de um processo social de passagem ou entrada na vida adulta, ainda fortemente caracterizado pelos marcos da autonomia residencial/conjugal e profissional/financeira.

Embora os modos de passagem para a vida adulta sejam extremamente diversificados, Galland (1995, 1997) enfatiza que a novidade contemporânea consiste na reversibilidade e no entrelaçamento dos marcos. O termo “prolongamento da juventude”, criado por esse autor, refere-se a um fenômeno presente nos países industrializados, com origem em mudanças estruturais no mercado de trabalho. A crescente escolarização para um ingresso bem-sucedido na vida laboral é um dos requisitos para a entrada no mercado de trabalho que, ao mesmo tempo, apresenta uma contração de oportunidades para os jovens. Tais transformações, associadas a mudanças nos modos de relacionamento entre as gerações, dão maior autonomia aos jovens sem que isso implique independência financeira, tendo como conseqüências o retardamento da saída da casa dos pais e o adiamento da vida conjugal e reprodutiva (PAIS, 1993; PAIS et al., 1998; GALLAND, 1997; CICCHELLI, 2001; RAMOS, 2002).

No fenômeno do prolongamento da juventude estão associadas mudanças de natureza macroestrutural que dizem respeito à extensão dos estudos, a restrições

no mercado de trabalho, a alterações simbólicas no que concerne às expectativas da sociedade em relação aos jovens e, finalmente, a mudanças nas relações intergeracionais. Tudo isso tende a tornar essa fase da vida o palco de algumas contradições. Por exemplo, o exercício da sexualidade não mais restrito ao ingresso na vida conjugal é um desses fenômenos, pois de um lado se gestam condições sociais de aceitação para o exercício da sexualidade juvenil, ao mesmo tempo em que permenece um certo interdito nas conversas sobre sexualidade no interior das famílias, bem como a não-priorização de temas como contracepção e educação sexual nas escolas (em diálogos francos, abertos e claros).

O recente elo entre juventude e reprodução tem sido estimulado pelo acalorado debate sobre “gravidez precoce” no Brasil. A expressão “gravidez na adolescência” abriga uma faixa etária que foi durante muito tempo considerada uma idade ideal para a mulher ter filhos. Entretanto, na atualidade, quando se fala em “gravidez na adolescência” (GA) o evento é qualificado como “precoce”. Contudo, a fecundidade entre adolescentes é uma realidade antiga na América Latina, sendo mais marcante na América Central (GUPTA; LEITE, 1999). O Brasil não é exceção. As inquietações em torno da GA na sociedade brasileira podem ser atribuídas, entre outros fatores, a alterações no perfil demográfico do país. Nas últimas décadas, a população passou por transformações rápidas, com acentuada queda da fecundidade e aumento da esperança de vida ao nascer, o que alterou sua estrutura etária. Desde 1970 diminuiu o ritmo de crescimento da população jovem, enquanto se elevam as taxas de crescimento da população mais velha (BAENINGER, 1999).

Embora os dados epidemiológicos revelem queda nas taxas de fecundidade, a análise por faixas etárias específicas indica significativo aumento de fecundidade no intervalo etário compreendido entre 15 e 19 anos. Tradicionalmente, as taxas mais altas são encontradas em mulheres de 20 a 24 anos. A partir dos anos 1980, há um crescimento relativo na taxa de fecundidade entre mulheres de 15 a 19 anos, com índices que ganham peso quando comparados ao concomitante decréscimo nas taxas do grupo etário de 20 a 24 anos (CAMARANO, 1998). Contudo, estudo recente aponta uma mudança no Brasil a partir de 2000, no sentido da diminuição da fecundidade específica no grupo considerado adolescente (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2005). O aumento nessa taxa específica, cuja apreensão pelo senso comum provavelmente se deve ao declínio da fecundidade nas demais faixas etárias, provoca um sentimento social de que a GA ocorre em uma proporção desmedida. Esse é o tom predominante do debate público em torno do fenômeno, associado de modo recorrente com as questões da pobreza e da violência urbana no país (OLIVEIRA, 2005; VIEIRA, 2005; BOMBA RELÓGIO, 2005).

Assim, a gravidez precoce sobressai particularmente no quadro geral de redução da fecundidade e ganha visibilidade pela maior proporção de gestações e nascimentos na juventude fora da união (LONGO; RIOS-NETO, 1998). Apesar de não ser a única faceta da questão, a “novidade” do tema da gravidez na adolescência pode ser atribuída, ao menos em parte, a essa “ilegitimidade” – o que contribui para transformar o fenômeno em um problema social (CHAMPAGNE, 1989). Além disso, as novas expectativas sociais em relação à juventude, associadas ao aumento das taxas de fecundidade e da duração de escolaridade, contribuem para a produção desse tipo de representação. Nesse contexto, a gravidez ou experiência de parentalidade na juventude passa a ser vista como um acontecimento que perturba o desenvolvimento ideal do jovem nessa etapa da vida.

Os discursos sobre GA ignoram a mudança dos costumes sexuais no Brasil. Em certa medida e dependendo do contexto, a sexualidade feminina pré-conjugal passou a ser mais aceita socialmente. A experimentação sexual, amplamente permitida (e mesmo incentivada) aos rapazes, até algumas décadas atrás, com parceiras específicas, geralmente consideradas desviantes, passou a ser exercida com moças em contexto de namoro.

A adolescência é comumente vista como um período da vida em que se intensifica o processo de construção da autonomia dos jovens diante da família e da busca de suas singularidades. Nessa fase os jovens experimentam relações afetivas que ampliam seu universo de vínculos para além da família e da rede de amigos. Desenvolvem-se complexos processos de aprendizagem cultural em torno da sexualidade, intimamente relacionados aos códigos de gênero vigentes em diferentes contextos sociais nos quais os sujeitos estão inseridos. Representações, valores e comportamentos relativos à sexualidade e aos papéis de gênero são consolidados no decorrer da adolescência: “Duas agências são centrais na transmissão desses valores: a família e o grupo de pares. A autonomia progressiva frente à família expõe fortemente os jovens à cultura do grupo de pares” (HEILBORN et al., 2002, p. 23). Colegas e amigos são fortes referências de validação e reconhecimento dos sujeitos e, cada vez mais, desempenham papel expressivo na modelação das condutas dos jovens (LAGRANGE; LHOMOND, 1997).

Discutir sobre contracepção torna-se imperativo ante o cenário apresentado de mudanças ocorridas nas relações sexuais entre jovens e adolescentes. No que concerne à reprodução, as mulheres são culpabilizadas por engravidar, e os homens absolvidos ou esquecidos de sua participação. Fala-se muito sobre “planejamento familiar”, sem levar em conta a educação sexual como instrumento que, de fato, poderia acarretar uma prática de contracepção e de proteção nas relações sexuais de forma regular na vida dos jovens.

2.1 Modelação cultural da sexualidade e do gênero

Sexualidade e gênero estão intrínseca e inescapavelmente imbricados. A sexualidade resulta, a nosso ver, de diferentes cenários, cuja mescla comporta dimensões psíquicas e sociais, e também importa articulação com a esfera reprodutiva. A demonstração do caráter de socialização e de modelagem cultural da sexualidade vem se antepor às noções de instinto ou de pulsão, segundo as quais a sexualidade é considerada como inata ou natural. Argumentamos que a sexualidade com parceiro depende de uma contínua decifração de códigos de conduta, gestos, leitura das intenções dos envolvidos e de um processo de negociação em torno dos significados (BERGER; KELLNER, 1970; GAGNON; SIMON, [1973] 2005), para que, em realidade, tenha lugar.²

A sexualidade é um dos principais domínios que incitam o jovem a criar uma esfera de autonomia individual em relação à família de origem. A construção desse espaço privado pressupõe o aprendizado sobre o início e o estabelecimento de um relacionamento afetivo e sexual (AZEVEDO, 1981; BOZON, 1993, 2004; BRANDÃO, 2004). A adolescência é caracterizada por diversas transições, dentre as quais se destaca a passagem à sexualidade com parceiro. Contudo, o aprendizado da sexualidade não se restringe à genitalidade nem à primeira relação sexual. Antes, trata-se de um processo de experimentação pessoal e de impregnação pela cultura sexual do grupo, processo que se intensifica na adolescência e na juventude (GAGNON; SIMON, [1973] 2005).

Na sociedade brasileira uma das formas de interação amorosa capaz de desembocar em relações sexuais é o namoro. Como toda relação social, essa forma de engajamento também passa por transformações históricas. Até algumas décadas, o namoro podia permanecer casto por bastante tempo. Os contatos corporais tornavam-se mais íntimos e variados somente com o tempo, a preservação da virgindade feminina era um valor maior. Uma das recentes modificações nos costumes sexuais no Brasil diz respeito à temporalidade da sexualização do namoro e de outras formas de relacionamento juvenis. Para os jovens atuais, o namoro ainda é um compromisso entre duas pessoas apaixonadas. Entretanto, é inegável que o exercício de relações sexuais entre o par tornou-se uma questão para rapazes e moças. Em outras palavras, o namoro deixou de ser uma etapa preparatória para a conjugalidade. Adquiriu uma realidade em si, como etapa de experimentação afetiva e sexual para os jovens, o que se traduz, por exemplo, pela diminuição da idade das mulheres quando de sua primeira relação sexual (essa idade diminuiu cerca de dois anos em duas décadas).

2. Essa afirmativa é válida tanto para as relações entre sexos opostos quanto para as que envolvem pessoas de mesmo sexo.

A forte demarcação de gênero na cultura sexual brasileira reserva atitudes e qualidades para cada um dos sexos de modo contrastivo. Assim, masculinidade e atividade estão intimamente associadas, em contraposição à feminilidade e passividade, elementos que compõem um sistema classificatório que funciona como um quadro de leitura para as condutas.³ Sobre os gestos e comportamentos dos homens é exercida uma vigilância constante, de modo que não haja dúvidas quanto a sua masculinidade (PARKER, 1991). Na adolescência há uma pressão social para que o rapaz busque relações sexuais com pessoa do sexo oposto, o que seria garantia de heterossexualidade. De forma análoga, as mulheres devem administrar os avanços masculinos para conservar uma reputação de *moça de família* ou de *mulher honesta*. Ainda que a perda da virgindade não constitua mais uma condição passível de estigmatização das mulheres, permanece certa exigência de virgindade moral, sob a forma de um jeito passivo e ingênuo em torno do exercício sexual, o que traz implicações para a abordagem de questões de sexualidade ou de contracepção com parceiro (BOZON et al., 2003).

Além disso, a maternidade é ainda um componente muito valorizado da feminilidade, o que é expresso na sociedade brasileira pelo ideal de ter o primeiro filho bastante jovem (em comparação com países desenvolvidos). Nesse cenário de atitudes e de papéis claramente atribuídos a cada um dos gêneros, as relações sexuais entre homens e mulheres são vividas como fruto da espontaneidade: é culturalmente pouco provável que uma primeira relação sexual seja discutida ou preparada (BOZON; HEILBORN, 2006). Muitas vezes ela é barganhada pelos rapazes como “prova de amor” de suas parceiras. Esse panorama revela, com extrema propriedade, o modo como prescrições culturais hegemônicas acerca do gênero modelam a feminilidade em torno da maternidade, e a masculinidade, sob o signo da sexualidade.

2.2 Um dispositivo qualitativo-quantitativo sobre juventude e reprodução

Como já antecipamos, a base de dados que dá suporte a este capítulo foi reunida por meio da Pesquisa Gravíd *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*, uma investigação sobre comportamentos sexuais e reprodutivos de jovens brasileiros desenvolvida em duas etapas: uma inicial, qualitativa, em que foram realizadas 123 entrevistas em profundidade entre 1999 e 2000, e outra, quantitativa, abrangendo 4.634 indivíduos, em um inquérito populacional com amostra aleatória e estratificada, levado a termo entre outubro de 2001 e janeiro de 2002. A pesquisa limitou-se a três grandes capitais – Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador – situadas em regiões bem díspares (Sul,

3. Esse sistema classificatório ordena as relações entre pessoas do mesmo sexo ou entre sexos opostos.

Sudeste e Nordeste). Em ambas as etapas foram entrevistados face a face homens e mulheres entre 18 e 24 anos.

Os entrevistados situam-se em uma faixa etária ligeiramente superior àquela definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “adolescente” (10 a 19 anos). O recorte etário eleito obedece à premissa de que tal descentramento em direção a uma população com mais idade traz vantagens de observação sobre o desenrolar dos processos em exame.

O questionário privilegiou certos eventos do percurso afetivo-sexual: os iniciais e os últimos (em menor número), em função da possibilidade de estruturar uma trajetória e permitir uma boa lembrança por parte dos inquiridos. Foram assim pesquisados: a primeira e última relação sexual, primeiro relacionamento de três meses ou mais (com relação sexual), primeira união, primeira separação, primeira e última gravidez, primeiro e último filho, primeiro aborto (espontâneo e provocado) e o parceiro atual. O mesmo elenco de questões foi apresentado aos jovens de ambos os sexos, sendo a formulação das perguntas redigida (e lida) de acordo com o sexo do entrevistado. Tais procedimentos contribuíram para um alto índice de resposta (85,2%).

3 A EXPERIÊNCIA DA PARENTALIDADE NA JUVENTUDE

A opção pela perspectiva de juventude como processo possibilita acatar sua heterogeneidade, uma vez que reconhece os efeitos diferenciais das condições materiais de existência nas trajetórias. Nessa perspectiva, importam as pequenas e sucessivas experiências de “primeira vez” que modulam a socialização do jovem (BOZON, 1993; GIAMI; BERTHIER; GOSSELIN, 1984; GIAMI; SCHILTZ, 2004), como o primeiro namoro, a primeira relação sexual, o primeiro trabalho, o primeiro filho. Assim, trata-se de um conjunto de pequenos rituais de passagem em torno de determinados marcos valorativos bastante fortes e ainda presentes na sociedade brasileira.

O debate público travado no Brasil a respeito da necessidade ou não de regulação da sexualidade e fecundidade adolescentes tem origem nas preocupações em relação ao crescimento da pobreza e desigualdade social no país. O suposto desregramento das práticas sexuais juvenis tem sido usado como argumento para explicar a reprodução nessa fase da vida e seus desdobramentos perversos nas experiências juvenis. Com o apoio dos dados da Pesquisa Gravada, buscamos delinear os trajetos que conduzem à parentalidade na juventude.⁴ Consideramos, para efeito de análise, apenas os jovens que já haviam se iniciado sexualmente no momento do

4. Por parentalidade na juventude nos referimos somente aos casos de gravidez levados a termo; os episódios de aborto, espontâneo ou provocado, embora significativos na população estudada, não estão contemplados sob esta designação.

inquérito, o que corresponde a 93% dos homens e 81,6% das mulheres participantes do estudo.⁵ As idades medianas da iniciação foram de 16,2 anos para os rapazes e 17,9 anos para as moças, contrariando as representações sociais que apostam numa precocidade sexual maior para a juventude brasileira (BOZON; HEILBORN, 2006).

A parentalidade é marcadamente afetada pelo sexo, acompanhando a estruturação do mercado amoroso/matrimonial modelado por normas de gênero que pressupõem uma assimetria no casal. Inúmeras diferenças, tais como idade, capacidade de provimento e mesmo de altura (BOZON; HÉRAN, 2006) designam um casal socialmente adequado.

Entre nossas entrevistadas, seus parceiros eram mais velhos do que elas (em torno de cinco anos); 34,8% delas já tiveram pelo menos um filho, enquanto essa é a situação de 16,5% dos homens (valor-p: 0,0000). As proporções de pessoas com filho(s) são semelhantes no Rio de Janeiro e em Porto Alegre; em Salvador há mais jovens que já são pais e mães. Tal diferença é similar à da experiência de gravidez: mais mulheres do que homens e, comparativamente às cidades, mais soteropolitanos do que os demais declararam uma proporção maior de gravidez alguma vez na vida.⁶ Salientamos que a experiência reprodutiva está presente na trajetória de um número significativo de jovens, seja pela gravidez, pelo nascimento de um filho, ou pelo aborto (tabela 1).⁷

TABELA 1
Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo o tipo de episódio reprodutivo na trajetória (gravidez ou filho), por sexo e cidade

Tipo de episódio na trajetória	Porto Alegre		Rio de Janeiro		Salvador		Total		Valor-p
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Mulheres	631		651		718		2.000		
Gravidez		34,9		41,2		53,3		43,8	0,0040
Filho		28,8		31,9		43,4		34,8	0,0079
Homens	695		675		669		2.039		
Gravidez		26,3		31,1		35,5		31,7	0,2401
Filho		16,8		16,7		16,0		16,5	0,9670

Fonte: Pesquisa Gravav (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

5. O conjunto dos 4.634 jovens entrevistados no inquérito domiciliar é composto por 47,2% de homens e 52,8% de mulheres.

6. Diferentemente dos propósitos originais da Pesquisa Gravav, não estamos aqui entrando no mérito se essa gestação ocorreu nos marcos da adolescência tal como definida pela OMS.

7. Na Pesquisa Gravav, 7,7% das mulheres e 12,4% dos homens declararam ter vivido uma gravidez terminada em aborto provocado ($p = 0,0000$), e 4,9% e 6,7%, respectivamente, declararam abortos espontâneos ($p = 0,0685$) (Aquino et al., 2006).

O recorte adotado neste capítulo, ao focalizar jovens com experiência de parentalidade, revela que 70,3% das mulheres e 48,4% dos homens tinham sido pais e mães antes dos 20 anos. Vale enfatizar que a gravidez antes do 15 anos, que tanta preocupação suscita no meio midiático, foi observada para 1,6% para as moças e 0,6% para os rapazes. A proporção de gravidez na adolescência encontrada neste estudo foi de 29,5% entre as mulheres e 21,4% entre os homens (AQUINO et al., 2003).

3.1 Uma transição curta e condensada: os jovens pobres

No debate sobre transição para a vida adulta, que tem enfatizado o fenômeno do prolongamento da juventude, propomos uma argumentação em termos de transição curta ou condensada, olhando-se o fenômeno pelo prisma da reprodução. Os jovens com filhos apresentam um conjunto de características sociobiográficas específicas que sugere uma passagem rápida à vida adulta, em que o episódio reprodutivo acelera o processo ou, mesmo, representa seu ápice ou conclusão. Eles contrastam assim com os jovens dos segmentos mais favorecidos, entre os quais de fato se observa a extensão da transição, seja pelo prolongamento dos estudos ou/e sua permanência na casa dos pais (BRANDÃO, 2003). Acrescente-se que, nos poucos episódios em que esses jovens se envolvem em gravidez, estas terminam majoritariamente em aborto (MENEZES; AQUINO; SILVA, 2006).

Grande parte da literatura a respeito do tema juventude e reprodução está focada no fenômeno da gravidez na adolescência. Tomamos de empréstimo desse *corpus* bibliográfico certos elementos para abordar a parentalidade na juventude. Essa medida se deve à ausência de referências mais recentes para além da discussão em torno da “adolescência”, e pelo fato de 2/3 dos jovens inquiridos apresentarem um episódio de gravidez levada a termo antes de completarem 20 anos.

Na literatura consultada, fala-se em crescimento do número de mães solteiras em decorrência da instabilidade dos vínculos conjugais, o que acirraria as dificuldades sociais incrementando a pobreza. Alega-se também que a reprodução interrompe o processo de escolarização do jovem, contribuindo para diminuir suas chances futuras em adquirir melhores postos de trabalho. A conclusão disseminada é a da reprodução precoce como mola propulsora da pobreza. Contudo, argumenta-se que a baixa escolaridade e a pobreza não são decorrências, mas sim, causas da reprodução precoce. Já na literatura qualitativa sobre gravidez na adolescência, a opção pela parentalidade, analisada em suas dimensões simbólicas, apresenta-se como projeto de vida para adolescentes pobres (DADOORIAN, 1994; COSTA, 2002a; CABRAL, 2002a). Também perfilam como causa da GA a iniciação sexual precoce dos jovens e a ausência de uso de métodos contraceptivos, mas pouco se problematiza a respeito das dificuldades de acesso a informações e a contraceptivos

e/ou preservativos. As políticas de saúde voltadas à contracepção são organizadas na perspectiva do planejamento familiar, prioritariamente dirigidas a mulheres adultas, em união. Esse cenário é complementado pela tibieza de uma política de educação sexual nas escolas.

3.2 Processo escola-trabalho

É marcante o contraste em termos de nível escolar atingido entre os jovens com e sem filhos. Os primeiros têm majoritariamente baixa escolaridade: quase metade possui somente o nível fundamental incompleto. O percentual dos que não viveram ainda a experiência da parentalidade é mais elevado nos níveis médio e superior (tabela 2). Porém, a gravidez e o nascimento da criança ocorrem em grande proporção após a interrupção e/ou conclusão dos estudos.

Essa marcante diferença também é observada em relação ao nível de escolaridade da mãe: variável tomada como *proxy* de classe social, ela revela que 68,2% das moças e 61,1% dos rapazes com pelo menos um filho têm mães com até o

TABELA 2
Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por sexo e escolaridade do jovem e da mãe

Escolaridade	Experiência de parentalidade					
	Mulheres			Homens		
	Sim (%)	Não (%)	Valor-p	Sim (%)	Não (%)	Valor-p
Escolaridade do jovem			0,0000			0,0000
Fundamental incompleto	41,7	10,5		47,2	22,3	
Fundamental completo	33,1	23,8		35,0	26,8	
Médio completo	23,1	34,6		15,4	30,7	
Superior incompleto/completo	2,1	31,2		2,3	20,2	
Escolaridade da mãe			0,0000			0,0000
Fundamental incompleto	68,2	35,6		61,1	43,6	
Fundamental completo	16,7	17,9		15,2	16,2	
Médio completo	12,3	25,2		21,7	22,1	
Superior incompleto/completo	2,8	21,4		2,1	18,0	
n	702	1.298		296	1.743	

Fonte: Pesquisa Gravav (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

nível fundamental incompleto de escolaridade. No extremo oposto, estão pouco mais de 2% de jovens com filho(s) cujas mães têm estudos superiores. Jovens em mobilidade escolar ascendente – aqueles que atingiram níveis mais altos de escolaridade do que suas mães – correspondem aos maiores percentuais de jovens sem filho(s) (tabela 3). Mães e jovens com baixa escolaridade reúnem os percentuais mais elevados no conjunto dos que têm filho(s). Assim, não somente a mobilidade escolar ascendente é fator significativo para um possível adiamento da parentalidade como também a escolaridade materna: observa-se uma sensível diminuição nos percentuais de jovens com filho(s) se a mãe tem pelo menos o nível fundamental completo de escolaridade (tabela 3).

A desigualdade da experiência da maternidade/paternidade é corroborada ainda pelo indicador da renda familiar mensal *per capita*:⁸ novamente, à posição menos privilegiada da hierarquia social corresponde o grupo dos que experimentam

TABELA 3

Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por sexo e mobilidade escolar

Mobilidade escolar	Experiência de parentalidade					
	Mulheres			Homens		
	Sim (%)	Não (%)	Valor-p	Sim (%)	Não (%)	Valor-p
			0,0000			0,0000
Mãe: fundam. inc./Ego: fundam. incompleto	30,3	8,2		33,4	19,0	
Mãe: fundam. inc./Ego: fundam. completo	22,8	14,9		20,8	15,4	
Mãe: fundam. inc./Ego: médio ou superior	13,3	19,6		5,3	14,6	
Mãe: fundam. compl./Ego: fundam. incompleto	5,5	1,0		4,9	3,5	
Mãe: fundam. compl./Ego: fundam. completo	7,5	6,8		7,8	7,9	
Mãe: fundam. compl./Ego: médio ou superior	6,3	15,9		4,4	10,1	
Mãe: médio ou superior/Ego: fundam. incompleto	2,2	1,2		7,3	1,3	
Mãe: médio ou superior/Ego: fundam. completo	5,4	6,4		7,2	7,0	
Mãe: médio ou superior / Ego: médio ou superior	6,7	26,0		8,9	21,2	
n	702	1.298		296	1.743	

Fonte: Pesquisa Gravada (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

8. Realizamos uma classificação em quatro níveis para compor a variável renda familiar mensal *per capita*: renda muito baixa (até R\$ 90), baixa (de R\$ 91 a R\$ 180), média (de R\$ 181 a R\$ 540) e alta (acima de R\$ 540 ao mês) – R\$ 180 correspondiam a 1 SM na época do trabalho de campo e equivaliam a US\$ 78. Cabe esclarecer que esse indicador foi composto a partir de perguntas abertas a respeito da composição da renda no domicílio.

mais precocemente a parentalidade (tabela 4). Menos de 1/5 dos jovens com filho(s) ainda se encontra no sistema oficial de ensino; um percentual expressivo está no mercado de trabalho exercendo alguma atividade remunerada, sobretudo os homens (75%) (gráfico 1). Desenha-se desse modo um cenário em que uma sinergia de condições desfavoráveis se faz presente no evento da reprodução na juventude, enfatizando-se o fato de que a saída da escola e a condição de o jovem já ser gerador de alguma renda sinalizam para esse encurtamento da transição para a vida adulta.

A esse panorama agregam-se os acontecimentos da esfera da sexualidade, caracterizando-se assim uma convergência de passagens relativamente contíguas no tempo que marcam a trajetória social dos jovens pobres (HEILBORN, 1997). Um bom exemplo dessa superposição está na proximidade das idades medianas de iniciação sexual e de ingresso na vida laboral. Tomando-se o conjunto total dos entrevistados, para os rapazes a primeira relação sexual ocorre aos 16,2 anos e o primeiro emprego ou obtenção de alguma atividade remunerada situa-se aos 16,1 anos (IC 95%: 15,9-16,2). No caso das moças, a mediana da iniciação encontrada corresponde a 17,9 anos, e a do ingresso na vida laboral, 16,9 anos (IC 95%: 16,8-17,1). Nas trajetórias que comportam a experiência de parentalidade há diferença de um ano a menos, para ambos os sexos, quanto ao início da vida laboral. Os diferenciais sociais introduzem importantes modulações no perfil da transição juvenil. As distinções entre os homens se acentuam significativamente pela variável

TABELA 4

Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por sexo e renda familiar mensal *per capita*

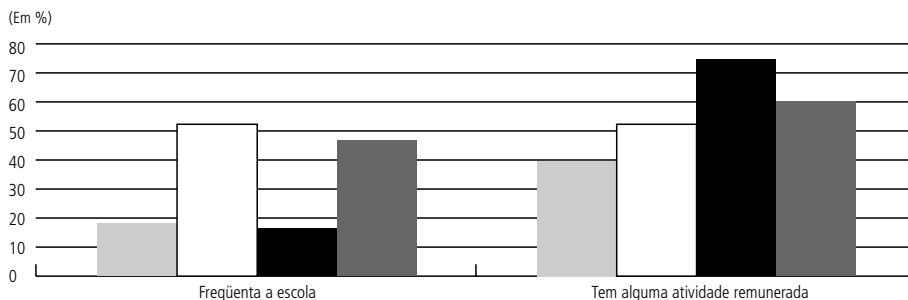
Renda familiar mensal <i>per capita</i> ^a	Experiência de parentalidade					
	Mulheres			Homens		
	Sim (%)	Não (%)	Valor-p	Sim (%)	Não (%)	Valor-p
			0,0000			0,0000
Muito baixa (até R\$ 90)	32,6	9,5		26,0	11,6	
Baixa (R\$ 91 a R\$ 180)	33,0	16,7		31,0	16,8	
Média (R\$ 181 a R\$ 540)	30,1	40,0		31,7	41,8	
Alta (acima de R\$ 540)	4,3	33,8		11,3	29,8	
n	702	1.298		296	1.743	

Fonte: Pesquisa Gravada (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

^a Categorias definidas com base no SM nacional à época (R\$ 180).

GRÁFICO 1

Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por condição de estudo e de trabalho à época da entrevista, e por sexo

Fonte: Pesquisa Gravav (2002). População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

■ Mulheres com filho □ Mulheres sem filho
■ Homens com filho ■ Homens sem filho

de renda familiar mensal *per capita*, a não ser nos poucos casos em que os rapazes provenientes de famílias mais favorecidas tenham se envolvido com a paternidade (tabela 5). Contudo, o evento da paternidade/maternidade é posterior à aquisição do primeiro emprego/atividade remunerada, sobretudo entre os homens, o que fortalece a nossa hipótese de que a reprodução pode ser, para muitos jovens, a conclusão da transição para a vida adulta.

TABELA 5

Idade mediana de ingresso na vida laboral, segundo experiência de parentalidade, renda e sexo

Parentalidade e renda	Mulheres		Homens	
	n	Idade mediana 1º trabalho (IC 95%)	n	Idade mediana 1º trabalho (IC 95%)
Experiência de parentalidade				
Com filho	593	16,1 (15,9-16,3)	289	15,2 (14,8-15,6)
Sem filho	1.515	17,1 (16,9-17,2)	1.595	16,2 (16,1-16,4)
Renda familiar mensal <i>per capita</i> ^a				
Renda muito baixa ou baixa	695	16,3 (16,1-16,5)	600	15,2 (14,9-15,5)
Renda alta	535	17,9 (17,7-18,1)	555	17,2 (16,9-17,4)
Renda familiar mensal <i>per capita</i> ^a e parentalidade (seleção)				
Renda muito baixa ou baixa sem filho	382	15,9 (15,6-16,2)	157	15,2 (14,5-15,8)
Renda alta com filho	28	17,7 (16,6-18,8)	33	15,7 (14,8-16,6)

Fonte: Pesquisa Gravav (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

^a Renda muito baixa ou baixa: até R\$ 180; renda alta: acima de R\$ 540; categorias definidas com base no SM nacional à época (R\$ 180).

Já foi amplamente abordada pela literatura antropológica a temática do trabalho enquanto importante pilar para a estruturação da identidade social das camadas populares (SALEM, 1981; ZALUAR, 1985; DUARTE, 1986; SARTI, 1996; LOPES, 1987; HEILBORN, 1997). No tocante à identidade masculina, por exemplo, esta seria construída em função de expectativas com relação à capacidade física e mental, ambas presentes na relação com o trabalho, sendo valores encompassados pela capacidade moral do homem, que poderia ser traduzida pelo preceito da “obrigação”. De forma análoga, discute-se sobre a centralidade da família na trajetória de vida dos sujeitos das classes trabalhadoras, em que a família encarna um “sentido de totalidade” sobre o indivíduo, organizando-se por uma lógica assimétrica entre os gêneros e uma hierarquia entre as idades. Nesse sentido, haveria nesse estrato social uma valorização da condição adulta como meio de acesso à identidade social plena e legítima, o que, para os jovens, poderia implicar uma exposição brusca ao desafio de ser adulto. No caso masculino, esse imperativo poderia ser traduzido como desejo precoce de trabalhar, ou uma “adultização da infância”, pela entrada prematura no mercado de trabalho; no caso feminino, veremos que a maternidade desempenha esse papel, fazendo com que haja um encurtamento ou condensação da adolescência nas camadas populares.⁹ O depoimento abaixo é elucidativo dessa lógica (CABRAL, 2002b):

Homem sem trabalho não é homem [...] é um vagabundo e não tem valor. É importante o homem ter seu dinheiro para valorizar sua moral perante os familiares, a esposa e os vizinhos (rapaz de camada popular, 19 anos).

A precoce interrupção dos estudos nos meios populares, tanto no que diz respeito aos rapazes quanto em relação às moças, já foi registrada por diversos autores. Zaluar e Leal (1997), por exemplo, a partir de um estudo feito com alunos, pais e docentes de escolas públicas de diferentes bairros da região metropolitana (RM) do Rio de Janeiro, mostram que a evasão escolar afeta em maior escala os homens, e já nas primeiras séries do 1º grau. Entre os principais motivos para essa interrupção, alegam-se a necessidade de trabalhar, as contínuas repetências escolares/desinteresse pelos estudos, e mudança de moradia. Além disso, as autoras apontam a divergência entre os pais e os alunos quanto aos motivos que levam o jovem a trabalhar: para os primeiros, emerge a justificativa de ajuda financeira à família, enquanto os segundos falam em ter dinheiro “para comprar o que gostam”. Essas

9. O contraponto desse modelo são os desdobramentos observados em meio aos jovens mais socialmente privilegiados em que a escolarização para uma futura e melhor profissionalização aparece como valor central (BRANDÃO, 2003).

afirmativas levam as autoras a concluir que, na decisão de trabalhar, está envolvida “a primazia da obtenção da renda, seja para o consumo familiar, seja para o consumo do adolescente” (ZALUAR; LEAL, 1997, p. 179).¹⁰

Em estudo feito com jovens pobres que foram pais na adolescência (CABRAL, 2002a, 2002b), a autora mostrou que a ocorrência do episódio reprodutivo não representou mudança marcante em termos de percurso escolar para a maioria dos entrevistados, tendo em vista que a saída da escola já havia ocorrido, dando lugar à busca pela inserção no mercado de trabalho. Certamente, a relação entre permanência na escola e entrada no trabalho é bem mais incisiva quando se consideram os condicionantes de classe do que ao se levar em conta o episódio reprodutivo isoladamente. Essas ponderações são corroboradas quando se comparam as trajetórias escolar e de trabalho de jovens das camadas populares que não são pais, pois ambos os grupos têm percursos escolares intermitentes, marcados por interrupções que, muitas vezes, são justificadas pela “necessidade” ou “vontade” de trabalhar (HEILBORN et al., 2002). O contexto dessas trajetórias é dado por um imperativo moral do trabalho, através do qual cabe ao jovem, como signo de transição para a vida adulta, o dever de trabalhar. Esse imperativo pode ser interpretado como parte integrante do circuito das obrigações familiares, revelando uma lógica de reciprocidade na estruturação e organização das relações familiares no universo das camadas populares (DUARTE, 1986; SARTI, 1996; HEILBORN, 1997).

Em suma, há uma relativa aproximação temporal nas experiências de aquisição da primeira atividade remunerada e a primeira relação sexual, esferas importantes que constituem o processo de construção de pessoa e de uma certa autonomização do jovem em relação à família de origem, sem comprometer, contudo, a reciprocidade familiar, fundamental no caso de um evento reprodutivo.

3.3 Processo familiar-residencial

A reprodução enseja a constituição, ainda que temporária, de um novo núcleo familiar. Esse dado é coerente com as transformações gerais ocorridas na família no final do século XX e que, no caso brasileiro, se traduz pelo fato de a nupcialidade não mais anteceder necessariamente à constituição de uma prole. Essas mudanças resultam do processo que tornou a conjugalidade um domínio relativamente autônomo em relação ao da família e, por outro lado, do fato de que o exercício da atividade sexual deixou de ser restrito à esfera do matrimônio. Para efeito de comparação, vale dizer que no caso de sociedades com alto nível de escolaridade dos

10. Bourdieu (1983), em contexto da sociedade francesa de duas décadas atrás, salientava que para jovens trabalhadores havia um mal-estar ante a escolaridade prolongada.

jovens, farto acesso a contraceptivos e à possibilidade do aborto, a não-coincidência do calendário da iniciação sexual com a passagem à conjugalidade não produziu os efeitos da antecipação da reprodução ante a união (BAJOS; FERRAND, 2002).

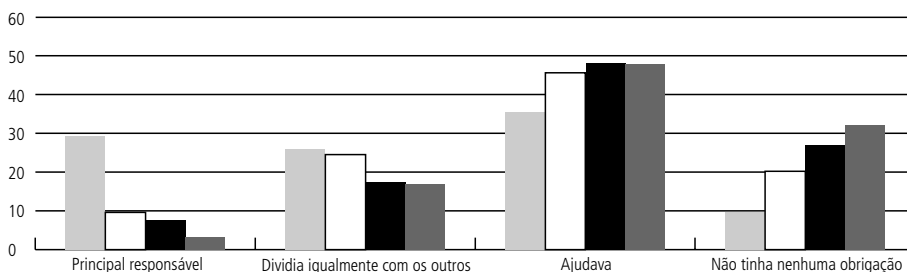
A socialização primária dos jovens contém elementos preciosos para a compreensão de suas trajetórias reprodutivas. Ao serem interrogadas sobre a coabitação com seus próprios pais durante os 15 e os 18 anos, destacam-se as moças com filhos: 15,7% delas responderam que já moravam com parceiro nessa época (o percentual masculino é de 2,5%), salientando de que modo a nupcialidade ocorre precocemente na sociedade brasileira. Além da coabitação, foi também questionado aos jovens sobre seu envolvimento em relação às tarefas domésticas quando se encontravam nesse intervalo etário. O fato de as moças com filhos se declararem a “principal responsável” em proporção três vezes maior do que as moças sem filho(s) vem confirmar que a socialização familiar e de gênero é significativa para o desenlace das trajetórias biográficas (gráfico 2). O intenso envolvimento com o trabalho doméstico configura a modelação de uma visão de mundo em que ser mãe/dona-de-casa é elemento central da identidade feminina. Note-se que as jovens sem filho afirmaram duas vezes mais do que as jovens mães não terem qualquer obrigação com as atividades do lar. As declarações variam significativamente segundo o meio social, pois as moças cujas mães têm menores níveis de escolaridade declaram mais ter significativas atribuições no âmbito doméstico.

Essa ilação que rejeita uma unicausalidade, preferindo antes a idéia de um elo de propiciamento, está bem expressa em uma pesquisa qualitativa realizada com moças que foram mães antes dos 15 anos (COSTA, 2002b, p. 47). Em suas trajetórias, é marcante o fato de que desde pequenas já desempenhavam papéis alocados a mulheres adultas, muito antes de serem de fato mães: estava presente o

GRÁFICO 2

Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por participação em tarefas domésticas entre 15 e 18 anos, e por sexo

(Em %)



Fonte: Pesquisa Gravad (2002). População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

■ Mulheres com filho □ Mulheres sem filho
■ Homens com filho ■ Homens sem filho

cuidar de crianças menores, sobretudo irmãos mais novos, para que a mãe pudesse trabalhar, ou o “vigiar menino”, filhos de vizinhos e parentes.

Desde pequenininha, eu tava com cinco anos, minha irmã devia estar com quatro, três, eu já tomava conta dela, pra minha mãe trabalhar [...] eu não tive infância, como eu falo também, eu não tenho adolescência, né? [...] muitas vezes eu tive que parar de estudar pra tomar conta dos menino, lavar, passar, cozinhar, arrumar [...] (moça de 16 anos, responsável pelo cuidado de crianças desde seus sete anos de idade).

No que concerne à saída dos jovens da casa parental, observam-se ritmos diferenciados para os dois sexos: ela é mais lenta para os homens do que para as mulheres. Tomando-se toda a população inquirida, 81% dos rapazes ainda viviam com pelo menos um dos pais ou um adulto responsável no momento da entrevista, em contraste a 75% das mulheres. Tomando-se o prisma da experiência ou não da parentalidade juvenil, observa-se que pouco mais da metade dos jovens pais e mães não mora com os próprios pais ou adultos responsáveis. Ao serem inquiridos, 58% dos rapazes e 62% das moças com filhos declararam-se casados ou coabitando com parceiro(a) (tabela 6).¹¹ Os percentuais aumentam entre aqueles que já tiveram experiência de conjugalidade em algum momento, chegando a 74%

TABELA 6

Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por sexo e coabitação com pais e conjugalidade na época da entrevista

Coabitação e conjugalidade	Experiência de parentalidade					
	Mulheres			Homens		
	Sim (%)	Não (%)	Valor-p	Sim (%)	Não (%)	Valor-p
Mora com pais ou responsáveis			0,0000			0,0000
Sim	47,6	81,6		48,0	85,7	
Não	52,4	18,4		52,0	14,4	
Está casado ou vive com alguém			0,0000			0,0000
Sim	61,7	14,8		58,2	8,4	
Não	38,3	85,2		41,7	91,6	
n	702	1.298		296	1.743	

Fonte: Pesquisa Gravad (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

11. A experiência de conjugalidade sem reprodução é bastante inferior; sua magnitude é de 8,5% e 14,7%, respectivamente, para homens e mulheres.

entre os homens e a 83,4% entre as mulheres com filho(s). Entre os que não têm filho(s), as proporções correspondem a 12,9% e 19,3%. Esses contrastes remetem para as dinâmicas familiares e conjugais nesse grupo populacional constituído de jovens que, apesar da idade, já passaram não só pela união, mas eventualmente pela separação conjugal.

O panorama descrito vem ao encontro da literatura socioantropológica sobre juventude e reprodução, que aponta a constituição de um casal como uma das alternativas em um campo de possibilidades restrito para certos sujeitos sociais (DAADORIAN, 1994; LE VAN, 1998; HEILBORN et al., 2002; COSTA, 2002a). Mais do que a justaposição de características isoladas, como baixa educação e baixa renda, configura-se um horizonte social particular, já descrito em trabalhos etnográficos sobre família em camadas populares (DUARTE, 1986; FONSECA, 2000). Esses trabalhos assinalam que concepções acerca dos vínculos entre os membros da unidade familiar, aliadas às condições materiais de existência, fazem com que a família seja concebida como um sujeito coletivo para o qual a participação de todos é esperada. Nesse sentido, gênero e idade – combinados – organizam posições e atribuições no funcionamento da vida familiar. Crianças e adolescentes contribuem de formas variadas no cotidiano da casa, seja no trabalho doméstico, seja com pequena participação para a renda familiar. Pode-se, portanto, afirmar que a família enseja uma socialização que não diferencia expressivamente alguns atributos da condição de adulto dos atributos de criança/adolescente. Conforme visto anteriormente em um dos depoimentos, para uma moça de 16 anos, ter um filho não é uma ruptura com sua rotina diária de cuidar de crianças. No inquérito Gravad, observou-se que uma parcela considerável das moças é, desde cedo, a principal responsável pelo desempenho de tarefas domésticas em suas famílias de origem. Delinçia-se um cenário em que alternativas de maior escolarização e eventual inserção no mercado de trabalho não se apresentam, e é possível imaginar que as possibilidades de autonomização em relação aos pais tenham se focalizado na opção da reprodução e conjugalidade, fundamentalmente no caso feminino (HEILBORN; GRUPO GRAVAD, 2005).

3.4 Passagem à sexualidade com parceiro: em busca de autonomia individual

No último quartil do século XX, ocorreram profundas modificações na esfera da sexualidade e na forma das relações de gênero. Diversos autores, por exemplo, Hobsbawm (1995), assinalaram que o movimento feminista, e poderíamos agregar o movimento homossexual, transformaram a esfera da vida privada e da pública, introduzindo mudanças no âmbito da família no que diz respeito à divisão sexual

do trabalho e das relações intergeracionais. Certamente, tais alterações, que em geral são debitadas a um processo de individualização, não têm os mesmos efeitos nos diferentes segmentos sociais que constituem uma sociedade tão diversa como a brasileira. Se há, por um lado, um processo de “autonomização” da sexualidade, não se pode perder de vista que há, por outro, constrangimentos sociais específicos, seja de classe ou gênero, que enquadram seu exercício. A atual forma de passagem à sexualidade com parceiro, que freqüentemente é vivida durante a adolescência e juventude, é um exemplo desse complexo e intrincado processo de modernização dos costumes. A perda do valor da virgindade feminina é o corolário de uma situação em que a sexualidade não está mais restrita à esfera do matrimônio. Contudo, a entrada na sexualidade com parceiro é progressivamente preparada em marcos organizadores da vida amorosa (tal como o namoro) nos quais são atribuídos papéis diferenciados aos homens e às mulheres (BOZON; HEILBORN, 2006).

A sexualidade juvenil, sobretudo a feminina, é a novidade nesse cenário, ainda que aporte determinadas contradições. A concretização de atos sexuais numa relação de namoro tornou-se uma questão para rapazes e moças. A iniciação sexual masculina não se processa mais com prostitutas, e sim com namoradas. Já as moças devem administrar os avanços masculinos com vistas a manter uma certa reputação. Hoje em dia é aceitável que as mulheres iniciem sua vida sexual antes do casamento, mas diversos estudos apontam que ainda vigora a necessidade de uma certa virgindade moral para elas. Esse cenário abriga a representação de que as práticas sexuais juvenis são mais corriqueiras, porém, menos preparadas do ponto de vista das possíveis conseqüências que uma vida sexual ativa pode ensejar, entre elas a reprodução precoce.

A tabela 7 fornece elementos para a compreensão do enquadramento social e biográfico da entrada na sexualidade com parceiro. Os calendários feminino e masculino, definidos como precoces, medianos e tardios,¹² apresentam diferenças por idade, mas assinalam um quadro bem mais diversificado do que o imaginário social atribui à sexualidade juvenil. A associação entre reprodução e iniciação sexual precoce entre as mulheres é altamente significativa, e põe em evidência a precariedade das normas contraceptivas da cultura brasileira. A fraca socialização para contracepção revela-se na pouca conversa entre parceiros previamente à iniciação sexual e, sobretudo, no modo como permanece a carga das mulheres a

12. Procedemos a uma tipologia da idade da entrada na vida sexual, precoce, intermediária e tardia, tendo como referência a idade mediana da iniciação. Assim, os recortes etários não são equivalentes para homens e mulheres. Entre os homens, o grupo designado como precoce inicia-se em torno dos 14 anos ou menos, o que representa 1/4 dos indivíduos entrevistados; o grupo intermediário tem entre 15 e 16 anos, o que corresponde a 50% da amostra masculina, e o tardio tem sua primeira relação sexual com 17 anos ou mais. Já entre as mulheres, as precoces iniciam com 15 anos ou menos, representando 28% das entrevistadas; o grupo intermediário possui entre 16 e 17 anos na primeira relação, o que equivale a 36%, e finalmente o grupo tardio, que se inicia com 18 anos ou mais, representa 36% da amostra feminina. Essas proporções referem-se a toda a população inquerida (BOZON; HEILBORN, 2006).

TABELA 7

Proporção de jovens de 18 a 24 anos (excluídos os virgens), segundo experiência de parentalidade, por sexo e características selecionadas da iniciação sexual

Características selecionadas da iniciação sexual	Experiência de parentalidade					
	Mulheres			Homens		
	Sim (%)	Não (%)	Valor-p	Sim (%)	Não (%)	Valor-p
Idade na iniciação sexual ^a			0,0000			0,0208
Precoce	46,5	18,4		38,7	27,7	
Mediano	31,0	38,0		36,9	41,0	
Tardio	22,5	43,6		24,4	31,3	
Diferença de idade entre parceiros da iniciação sexual			0,0113			0,3589
Parceiro (a) mais novo (a)	0,7	2,5		9,4	9,6	
Mesma idade (\pm 1 ano)	19,5	26,5		56,8	50,4	
Parceiro (a) mais velho (a) (2-4 anos)	36,4	35,7		22,3	23,9	
Parceiro (a) muito mais velho (a) (5 anos e +)	43,4	35,4		11,5	16,1	
Conversa prévia e uso de contracepção na iniciação sexual			0,0000			0,0003
Conversaram e usaram	38,6	58,8		30,7	35,7	
Conversaram e não usaram	11,2	9,7		7,3	5,8	
Usaram sem conversar	15,1	19,6		21,4	35,7	
Nem conversaram, nem usaram	35,1	11,9		40,5	22,8	
n	702	1.298		296	1.743	

Fonte: Pesquisa Gravada (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

^a O intervalo etário na categorização para a idade da primeira relação sexual é distinto para mulheres e homens: precoce, até 15 anos para mulheres e até 14 anos para homens; mediano, de 16 a 17 anos para mulheres e 15 a 16 anos para homens; tardio, 18 anos e mais para mulheres e 17 anos e mais para homens.

responsabilidade do uso de contraceptivos. Esse quadro remete à incompletude do processo de autonomização da sexualidade ante a reprodução, elemento tão sinalizado ao se tratar das chamadas transformações na esfera da sexualidade na contemporaneidade. No caso brasileiro, a alta taxa de fecundidade na adolescência aponta de modo cabal para essa não-separação entre as referidas esferas.

Marinho (2006) demonstra, com base no mesmo material, a mudança de comportamento contraceptivo entre as moças que mantêm relacionamento afetivo

duradouro com parceiro da iniciação sexual: as jovens adotam medidas de proteção/contracepção na primeira relação; entretanto, ocorre um relaxamento das regras contraceptivas no decorrer do vínculo mantido, o que resulta, por exemplo, numa proporção de 28,8% de ocorrência de gravidez no âmbito desse mesmo relacionamento.

Deve-se ainda agregar que, para além da socialização quanto à contracepção, padrões de gênero atuam na conformação da parceria, na qual a assimetria etária contribui para acentuar a dissimetria de gênero. Assim, quase metade das jovens mães têm parceiros cinco anos mais velhos do que elas. Ao mesmo tempo, são potenciais cônjuges, situação valorizada por um horizonte social em que a identidade feminina adulta através da maternidade é valorizada. A contraface dessa aspiração é o fato de que essa composição da parceria e a responsabilidade feminina na contracepção potencializa as dificuldades de negociação sexual em um contexto já pautado por poucos recursos materiais e simbólicos. Um estudo comparativo entre políticas para a juventude nos Estados Unidos e na Holanda mostrou que, nesse país europeu, a aceitação da sexualidade na adolescência e juventude como elemento constituinte da autonomia individual, gerou, por parte do Estado holandês, políticas de educação sexual e de facilitação de acesso a contraceptivos. Os resultados foram índices extremamente baixos da ocorrência da parentalidade juvenil. Diferentemente, nos Estados Unidos, a manutenção de uma perspectiva dramatizadora da adolescência enquanto sujeita a alterações hormonais, que explicariam o exercício da sexualidade nessa fase da vida, tão cara à cultura daquele país, desemboca numa política assentada na premissa da abstinência sexual pré-marital e conduz a taxas relativamente altas de gravidez e parentalidade adolescentes (SCHALET, 2004, p. 9-10).

3.5 O primeiro filho: circunstâncias e desdobramentos com a maternidade/paternidade

Na hora eu fiquei com raiva e fiquei feliz, sabe? Fiquei meio tonto. Primeiro eu falei pra caramba! "Eu num mandei tu ir no médico tomar remédio? E agora?" Aí depois eu falei: "tá bom, agora a gente vai resolver, vou falar com a tua mãe quando ela chegar". Aí conversei com ela (rapaz de 21 anos, pai aos 19).

Esse trecho de depoimento de um jovem morador de favela carioca (CABRAL, 2002a) ilustra de forma sintética os elementos característicos da iniciação sexual, da exterioridade masculina diante da contracepção e da decisão final de assumir o filho, o que envolve uma comunicação e vínculos com a família da parceira. A situação da parentalidade juvenil não é passível de ser entendida sem o concurso de diversos atores, com as duas famílias envolvidas. Nesta subseção analisam-se o contexto da primeira gravidez levada a termo pelos jovens e os desdobramentos em suas trajetórias durante o primeiro ano após o nascimento da criança.

A primeira gravidez é levada a termo por 85% dos jovens, e acontece majoritariamente até os 19 anos de idade. Metade das mulheres mães tinha como perspectiva do relacionamento unirem-se antes de saber que estavam grávidas, enquanto quase 40% dos rapazes não faziam planos futuros para o vínculo.

A notícia da gravidez dá origem a uma série de negociações que envolvem as famílias dos protagonistas: pode provocar arranjos para futura união. Os jovens também recorrem aos pais para que apóiem a chegada do futuro neto(a) (26,2%), o que é correspondido positivamente pela reação das famílias de origem em face da notícia (aproximadamente 70%). Ressalta-se que a medida, outrora comum, de expulsar a filha de casa é insignificante, o que denota uma importante alteração na moralidade sexual e, por conseguinte, nas relações intergeracionais e familiares. A parentalidade impulsiona definitivamente a união: isso ocorreu em 51,4% das situações, fora os casos em que as moças já moravam com seus parceiros. As famílias representam importante rede de suporte para o novo casal, seja acolhendo-o em suas residências, seja na contribuição das despesas e dos cuidados com a criança (tabela 8).

Já foi apontado em outro estudo o expressivo movimento em direção à coabitação com parceira/o em função do episódio reprodutivo na trajetória de jovens populares, ainda que a duração dessa união seja variável, e haja alguns casos de reversão da coabitação após o nascimento da criança (CABRAL, 2002a). As famílias de ambos os parceiros, mais precisamente as mães, desempenham papel fundamental, em termos da negociação em torno do suporte para a constituição do casal, para o cuidado do bebê etc. No universo de camadas populares analisado, observa-se uma acolhida por parte das famílias que vai desde a ajuda financeira para o enxoval do bebê até a cessão de cômodos no interior das casas. Aos poucos, esses cômodos ganham amplitude e se tornam domicílios independentes. A coabitação e a conjugalidade se apresentam como alternativa, sendo a virilocalidade¹³ a estratégia de legitimação social da aliança. Entre os jovens das camadas médias, Brandão (2003) apontou que a aliança não é o componente mais valorizado no contexto da reprodução juvenil.

Já foi sinalizado que a assunção da paternidade adolescente depende, em muito, da ajuda das respectivas famílias de origem. Nas camadas populares, esse apoio pode ser justificado em função dos constrangimentos sociais; entre os jovens de camadas médias, o apoio dos familiares decorre, sobretudo, em prol da preservação dos projetos educacionais (HEILBORN et al., 2002).

13. A respeito da virilocalidade – residência junto aos parentes do homem – como estratégia de constituição e legitimação social da aliança, ver também Leal e Fachel (1999).

TABELA 8

Proporção de jovens de 18 a 24 anos com filho(s), segundo características da primeira gravidez a termo e seus desdobramentos até um ano após o nascimento da criança, por sexo

Características selecionadas	Mulheres		Homens		Total		Valor-p
	n	%	n	%	n	%	
Grupo etário ao primeiro filho	628		241		869		0,0024
Até 19 anos		86,3		73,4		82,3	
20 anos ou +		13,7		25,9		17,5	
Antes da gravidez, tinha intenção de	433		207		640		0,1123
Casar/morar com parceiro(a)		48,7		36,7		44,3	
Acabar o relacionamento		1,9		2,9		2,2	
Não pretendia casar/morar com parceiro(a)		17,5		21,7		19,1	
Não pensava no futuro		32,0		38,8		34,5	
O que fez quando soube da gravidez	546		226		772		0,0002
Quis casar/morar com parceiro(a)		27,9		30,4		28,7	
Aceitou a gravidez, mas não quis casar/morar com parceiro(a)		10,8		21,7		14,4	
Aceitou a gravidez e pediu apoio aos familiares para ter o bebê		24,3		30,0		26,2	
Aceitou a gravidez, mas não pediu apoio aos familiares para ter o bebê		14,0		10,6		12,9	
Queria fazer (que parceira fizesse) um aborto		12,2		7,4		10,6	
Tentou fazer um aborto		10,7		-		7,2	
Principal reação da família quando soube da gravidez	625		240		865		0,0072
Ficou contente		45,1		43,1		44,5	
Disse que ajudaria a cuidar do bebê		21,8		34,8		25,8	
Sugeriu um aborto		9,4		6,2		8,4	
Exigiu união/casamento		8,6		3,4		6,9	
Expulsou de casa		3,9		0,3		2,7	

(continua)

(continuação)

Características selecionadas	Mulheres		Homens		Total		Valor-p
	n	%	n	%	n	%	
A família não ficou sabendo da gravidez		2,5		4,9		3,3	
Outra reação		8,8		7,5		8,4	
Quanto à relação com parceiro, a gravidez	620		240		860		0,0003
Não mudou nada		27,3		19,5		24,9	
Separou vocês		23,9		15,0		21,1	
Uniu vocês		47,6		59,9		51,4	
Ele(a) era parceiro eventual		1,2		5,7		2,6	
Em termos de estudo	617		237		854		0,0016
Não estava estudando e continuou assim		47,1		53,3		49,0	
Continuou estudando		14,8		26,0		18,3	
Parou de estudar por um período		22,7		12,2		19,5	
Parou completamente de estudar		15,4		8,5		13,3	
Em termos de trabalho	620		235		855		0,0000
Não trabalhava e se manteve assim		59,3		12,0		44,7	
Começou a trabalhar		14,0		18,4		15,3	
Parou de trabalhar		8,2		4,2		6,9	
Já trabalhava		18,5		65,4		33,1	
Com quem vive o 1º filho	620		237		857		0,0000
Com ambos os pais		50,5		48,9		50,0	
Com você e/ou seus familiares		38,9		5,1		28,4	
Com o(a) parceiro(a) e/ou familiares dele(a)		1,9		41,2		14,1	
Outros arranjos		8,7		4,7		7,4	
Principal responsável pelo sustento da criança	610		237		847		0,0000
Você e o(a) parceiro(a)		19,8		29,7		22,9	
Você		13,3		47,0		23,9	
O(a) parceiro(a)		38,1		5,0		27,8	
Os avós		20,1		13,1		17,9	
Outras pessoas		8,7		5,1		7,6	

Fonte: Pesquisa Gravav (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

Os filhos desses jovens encontram-se majoritariamente em duas situações: 50% vivem com ambos os pais, e 40% com as mulheres e seus familiares. São extremamente raros os arranjos domésticos de apenas a mãe com a prole nessa faixa etária. Pode-se afirmar que as famílias de origem estão envolvidas não apenas no momento de constituição do casal, mas também, e principalmente, no momento de sua dissolução. Geralmente, as parceiras e os filhos retornam para suas redes familiares (CABRAL, 2002a, 2005). Os papéis sociais de mãe-cuidadora e pai-provedor ficam bastante nítidos nos casos em que a criança vive somente com um dos pais. As crianças recebem suporte de ambos os lados, sobretudo das avós que estão presentes tanto no apoio material quanto nos cuidados com as crianças (tabela 9).

Um ponto importante a salientar é a repercussão da parentalidade nas trajetórias de estudo e trabalho dos jovens: metade já estava fora do sistema escolar antes do evento, que implica o abandono definitivo dos estudos para aproximadamente 15% das mulheres. No caso dos homens, vale salientar que 65,4% já trabalhavam antes do nascimento do filho; as mulheres, em percentual bastante próximo, não tinham atividade remunerada e assim permaneceram após o nascimento do filho (tabela 8). “Estar fora do universo escolar e de trabalho constitui sintoma da *internalidade feminina*, tendência aguçada quando se considera que o lazer fica bastante comprometido em virtude do nascimento da criança” (HEILBORN et al., 2002). Esse elemento foi observado no material qualitativo da pesquisa em relação às moças que foram mães adolescentes, tanto as pertencentes aos estratos médios quanto aos populares. Algumas similaridades entre os dois grupos de mulheres no que diz respeito à trajetória de estudo e trabalho fizeram com que os autores concluíssem que a maternidade é uma experiência de tal ordem que subordina os constrangimentos e especificidades de classe. Contudo, a maternidade vivida por moças de camadas populares parece acirrar a “internalidade” feminina em relação à casa, pois são constantes, entre as mães populares, as queixas com respeito à “solidão” e “isolamento”. Em resumo, se comparadas aos homens de camadas médias, as moças ficam mais presas em casa, com maiores restrições para sair, em razão do filho; por outro lado, se comparadas com as garotas de camadas populares, elas saem mais, têm mais apoio para continuarem uma certa sociabilidade, que diminui, mas não configura uma reclusão tão radical quanto as populares que passam a ter marido, filho, casa, obrigações domésticas etc. (BRANDÃO, 2003).

A parentalidade traz desdobramentos no processo de construção de si, o que está diretamente atrelado à configuração valorativa da família. Mudanças ocorrem, para ambos, moças e rapazes, mas há contornos diferenciais segundo o prisma de classe social. No que tange aos rapazes das camadas populares, a assunção da paternidade é reivindicada como prova de amadurecimento e de responsabilidade,

TABELA 9

Proporção de jovens de 18 a 24 anos com filho(s), segundo outros atores envolvidos no sustento ou cuidado do primeiro filho, por sexo

Outros atores envolvidos	Mulheres		Homens		Total		Valor-p
	n	%	n	%	n	%	
No sustento da criança							
O(a) respondente	215	51,8	70	69,0	285	54,8	0,0261
Parceiro(a)	130	41,6	77	43,7	207	42,4	0,8055
Avós maternos	236	50,3	110	54,7	346	51,8	0,4255
Avós paternos	128	20,1	107	52,1	235	30,0	0,0000
Outros parentes do(a) respondente	114	18,9	25	12,3	139	16,8	0,0932
Outros parentes do(a) parceiro(a)	43	7,4	35	17,7	78	10,6	0,0031
Quem toma conta da criança							
O(a) respondente	533	87,5	88	41,2	621	73,1	0,0000
Parceiro(a)	276	46,1	204	88,9	480	59,5	0,0000
Avós maternos	324	59,5	122	58,8	446	59,3	0,8910
Avós paternos	138	23,6	78	36,6	216	27,6	0,0045
Outros parentes do(a) respondente	159	28,9	36	14,3	195	24,4	0,0005
Outros parentes do(a) parceiro(a)	59	9,2	46	18,5	105	12,0	0,0031
Empregada	33	4,1	10	3,3	43	3,8	0,6203
Creche/escola	148	22,5	43	20,7	191	21,9	0,7749
Vizinhos/amigos	85	15,2	16	5,7	101	12,3	0,0044

Fonte: Pesquisa Gravav (2002).

População: Jovens de 18 a 24 anos, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA).

passando a se constituir como um emblema social (aspecto que não encontra eco nos meios privilegiados, pois a parentalidade não se constitui como diferencial simbólico das identidades dos sujeitos). Nas trajetórias dos jovens pobres, há uma obrigação moral que impele o homem a assumir e desempenhar a função de provedor, apesar de sua pouca idade. Nesse segmento, a parentalidade representa o acirramento, ou mesmo a consolidação do processo de passagem à vida adulta. O discurso das moças de camadas populares é quase simétrico ao masculino: deixam de ser filhas

e acedem ao *status* de “mulheres”, “mães”. Ressalta-se o maior impacto em seus percursos no que concerne à esfera da socialização, comparativamente aos rapazes de seu meio social. Constituição de domicílio, união, e trabalho (no caso masculino) configuram-se como os alicerces da emancipação diante da família de origem, ainda que esta possa continuar aportando algum tipo de ajuda.

Nos segmentos médios, segundo uma comparação etnográfica realizada (HEILBORN et al., 2002; BRANDÃO; HEILBORN, 2006), não ocorre deslocamento da posição do jovem no interior da família. O discurso juvenil acentua antes o “crescimento pessoal” do que uma mudança de estatuto. Certamente, o discurso psicologizado presente nesses segmentos torna mais subjetiva a experiência da parentalidade do que as formas de enunciá-la entre os jovens das camadas populares, em que se afirma a aquisição de um novo *status*, associado à condição de adulto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário que reúne juventude e reprodução não pode ser descrito sem que se mencionem importantes mudanças no calendário sexual dos jovens. Houve, de um lado, a aproximação entre a temporalidade das relações sexuais masculinas e femininas e uma relativa antecipação da iniciação das mulheres. Tal mudança ocorre com a possibilidade de as relações sexuais acontecerem fora do matrimônio. Contudo, as práticas e representações contraceptivas não acompanharam o mesmo “ritmo de mudanças”: homens se abstêm do processo de conversa e proposição de uso de contraceptivos; há afrouxamento das práticas de evitação da gravidez conforme o relacionamento amoroso se estabiliza (suspende-se o uso da camisinha em função do “eu conheço ele/ela”); as políticas de planejamento familiar não incorporaram as jovens solteiras, permanecendo basicamente voltadas para as mulheres casadas; ainda impera a cultura da esterilização feminina/precoce no Brasil como meio definitivo e eficiente de contornar a fecundidade.

O capítulo buscou demonstrar de que modo as transições juvenis operam ao sabor das diferenças de classe e de gênero. A passagem condensada para a vida adulta propiciada pela reprodução precoce é fato para os meios sociais desfavorecidos. Nos meios privilegiados, onde o fenômeno é raro, quando ele acontece não implica o encurtamento da juventude. Salientamos, na contramão do senso comum, que as trajetórias escolares dos jovens envolvidos com a parentalidade não foram interrompidas por sua causa. De fato, elas já se mostravam erráticas, antes do envolvimento dos jovens com a reprodução. Um importante diferencial de gênero se apresenta nesse evento para os segmentos populares: as moças que, porventura, ainda se encontravam estudando, tendiam a abandonar os estudos; entre os rapazes a situação já estava definida.

Reiteramos que a equação jovens pais e mães deriva de um cenário complexo de alterações nos costumes que afetam sobremaneira a família, sem que signifique ruptura ou crise. Na contemporaneidade observa-se a convivência de diversas gerações, às vezes no mesmo domicílio, e o fenômeno da reprodução precoce, não sendo estranho às mudanças nas relações intergeracionais, segue permitindo o fortalecimento dos vínculos e da solidariedade familiar.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, E. M. L.; HEILBORN, M. L.; KNAUTH, D. R.; BOZON, M.; ALMEIDA, M. C. C.; ARAUJO, M. J.; MENEZES, G. M. S. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19 (Supl. 2), p. 377-388, 2003.
- AQUINO, E. M. L.; ALMEIDA, M. C.; ARAUJO, M. J.; MENEZES, G. M. S. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond/Ed. Fiocruz, 2006.
- ARIËS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- AZEVEDO, T. Namoro à antiga: tradição e mudança. In: VELHO, G.; FIGUEIRA, S. (Orgs.). *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, p. 219-276, 1981.
- BAENINGER, R. Demografia da população jovem. In: SCHOR, N. et al. (Org.). *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*, Brasília, MS, n. 1, p. 19-29, 1999.
- BAJOS, N.; FERRAND, M.; L'ÉQUIPE GINE (Orgs.). *De la contraception à l'avortement: sociologie des grossesses non prévues*. Paris: INSERM, 2002 (Col. Questions en Santé Publique).
- BERGER, P.; KELLNER, H. Marriage and the construction of reality. In: DREIAZEL, P. H. (Org.). *Recent sociology*. Nova York: The Mac Millow Company, 1970.
- BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event?. In: ANNUAL MEETING OF THE POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA, Mar. 30 to Apr. 2, 2005, Philadelphia, Pennsylvania. Session n. 151, Adolescent fertility in developing countries, 2005. Mimeo.
- BOMBA RELÓGIO. *O Globo*. Rio de Janeiro, 11 mai. 2005. Opinião, Primeiro Caderno, p. 6.
- BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOZON, M. L'entrée dans la sexualité adulte. Le premier rapport et ses suites. *Population*, n. 5, p. 1.317-1.352, 1993.
- . *Sociologia da sexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2004.
- BOZON, M.; HEILBORN, M. L. Iniciação à sexualidade: modos de socialização, interações de gênero e trajetórias individuais. In: HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond/Ed. Fiocruz, 2006.
- BOZON, M.; HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; KNAUTH, D. R. Pour une approche socio-anthropologique des comportements sexuels et reproductifs pendant la jeunesse au Brésil.

La construction de l'enquête *Gravad*. In: CONDON, S.; ANDRO, A. (Dir.). *Questions de genre en démographie*. INED, 2003 (Dossiers et Recherches, n. 117).

BOZON, M.; HÉRAN, F. *La formation du couple*. Paris: La Découverte, 2006.

BRANDÃO, E. R. *Individualização e vínculo familiar em camadas médias: um olhar através da gravidez na adolescência*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social/Uerj, Rio de Janeiro, 2003.

———. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BRANDÃO, E. R.; HEILBORN, M. L. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1.421-1.430, 2006.

CABRAL, C. S. *Vicissitudes da gravidez na adolescência entre jovens das camadas populares do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social/Uerj, Rio de Janeiro, 2002a.

———. “Gravidez na adolescência” e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19 (Supl. 2), p. 179-195, jul.-dez. 2002b.

———. Gravidez na adolescência: negociações na família. In: HEILBORN, M. L.; DUARTE, L. F. D.; PEIXOTO, C. E.; LINS DE BARROS, M. M. (Orgs.). *Família, sexualidade e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

CAMARANO, A. A. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: CNPD, v. 1, p. 109-133, 1998.

CHAMPAGNE, P. La rupture avec les pré-constructions spontanées et savantes. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, R.; MERLLIÉ, D.; PINTO, L. *Initiation à la pratique sociologique*. Paris: Dunod, p. 165-218, 1989.

CICHELLI, V. Repensar os laços entre pais e jovens adultos fora da aporia conflito/entendimento. *Interseções*, ano 3, n. 2, p. 247-265, jul.-dez. 2001.

COSTA, T. J. N. M. *Gravidez na adolescência: um estudo de caso sobre a maternidade na faixa de 10 a 14 anos em Juiz de Fora (MG)*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social/Uerj, Rio de Janeiro, 2002a.

———. A maternidade em menores de 15 anos em Juiz de Fora (MG): uma abordagem socioantropológica. *Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social*, n.7, segundo semestre, p. 154-183, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2002b.

DAADORIAN, D. *A gravidez desejada em adolescentes de classes populares*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PUC-Rio, 1994.

DEBERT, G. G. *A reinvenção da velhice*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1999.

DUARTE, L. F. D. *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (Ed.), 1986.

FONSECA, C. L. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2004.

- GAGNON, J.; SIMON, W. *Sexual conduct: the social sources of human sexuality*. Chicago: Aldine, 1973-2005.
- GALLAND, O. Une entrée de plus en plus tardive dans la vie adulte. *Economie et Statistique*, n. 283/284, p. 33-52, 1995.
- . *Sociologie de la jeunesse*. Paris: Armand Colin, 1997.
- GIAMI, A.; BERTHIER, F.; GOSSELIN, F. *Aimer ailleurs, aimer autrement*. Emprise et dégage ment de la famille d'origine. Post adolescents ou jeunes adultes. Paris: GERAL/CSIS, 1984.
- GIAMI, A.; SCHILTZ, M. A. (Orgs.). *L'expérience de la sexualité chez de jeunes adultes*. Entre errance et conjugalité. Paris: INSERM, 2004.
- GUPTA, N.; LEITE, I. C. Adolescent fertility behaviour: trends and determinants in Northeastern Brazil. *International Family Planning Perspectives*, v. 25 (Supl. 3), p. 125-130, 1999.
- HEILBORN, M. L. O traçado da vida: gênero e idade em populares do Rio de Janeiro. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Estudo sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- HEILBORN, M. L.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; KNAUTH, D. R. (Orgs.). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond/Editora Fiocruz, 2006.
- HEILBORN, M. L.; GRUPO GRAVAD. Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade. In: HEILBORN, M. L.; DUARTE, L. F. D.; PEIXOTO, C.; LINS DE BARROS, M. M. (Orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- HEILBORN, M. L.; SALEM, T.; KNAUTH, D. R.; AQUINO, E. M. L.; BOZON, M.; VICTORA, C.; MCCALLUM, C.; BRANDÃO, E. R. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horizontes Antropológicos*, ano 8, n. 17, p. 13-45, Porto Alegre, jun. 2002.
- HOBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LAGRANGE, H.; LHOMOND, B. *L'entrée dans la sexualité*. Le comportement des jeunes dans le contexte du Sida. Paris: La Découverte, 1997.
- LE VAN, C. *Les grossesses à l'adolescence: normes sociales, réalités vécues*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- LEAL, O. F.; FACHEL, J. Jovens, sexualidade e estratégias matrimoniais. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 97-116, 1999.
- LINS DE BARROS, M. M. (Org.). *Velhice ou terceira idade?* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- LONGO, L. F. B.; RIO-NETO, E. Virgindade matrimonial e iniciação sexual: uma análise temporal. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu, Abep. *Anais...* Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a131.pdf>>. Acesso em: out. 2003.
- LOPES, J. S. L. (Coord.). *Cultura e identidade operária*. Aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, 1987.
- MARINHO, L. F. B. *Entrada na sexualidade e práticas contraceptivas: a experiência de jovens em três capitais brasileiras*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Saúde Coletiva/UFBA, Salvador, 2006.

- MENEZES, G.; AQUINO, E. M. L.; SILVA, D. O. Aborto provocado na juventude: desigualdades sociais no desfecho da primeira gravidez. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1.431-1.446, 2006.
- OLIVEIRA, J. C. *Perfil socioeconômico da maternidade nos extremos do período reprodutivo*. IBGE, Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de População e Indicadores Sociais (Copis), 2005. Mimeo.
- PAIS, J. M. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.
- PAIS, J. M. (Coord.); ANTUNES, M.; BORGES, G. C.; FERREIRA, P. A.; FERREIRA, V. S.; PIRES, M. L.; VASCONCELOS, P. *Gerações e valores na sociedade portuguesa contemporânea*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa/Secretaria de Estado da Juventude, 1998.
- PARKER, R. G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.
- PEIXOTO, C. E. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In: PEIXOTO, C. E.; DE SINGLY, F.; CICCHELLI, V. (Orgs.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- RAMOS, E. *Rester enfant, devenir adulte*. La cohabitation des étudiants chez leurs parents. Paris: L'Harmattan, 2002.
- SALEM, T. Mulheres faveladas: com a venda nos olhos. In: FRANCHETTO, B.; CAVALCANTI, M. L.; HEILBORN, M. L. (Orgs.). *Perspectivas Antropológicas da Mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1981.
- SARTI, C. A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SCHALET, A. Must we fear adolescent sexuality? *Medscape General Medicine*, v. 6, n. 4, p. 44, 2004.
- VIEIRA, A. G. A assustadora multiplicação dos carentes. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 abr. 2005, Opinião, Primeiro Caderno, p. 7.
- ZALUAR, A. *A máquina e a revolta*. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ZALUAR, A.; LEAL, M. C. Gênero e educação pública: uma comparação entre o Ciep e a escola comum. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 78, n. 188/189/190, jan./dez. 1997.

